

ANÁLISE GEOPOLÍTICA DOS PLANOS DE GOVERNO DOS PARTIDOS/ALIANÇAS DE SUSTENÇÃO DOS PRESIDENCIÁVEIS BRASILEIROS DE 2014

Edu Silvestre de Albuquerque¹

Regivaldo Sena da Rocha²

Resumo

O presente texto traz uma análise quantitativa e qualitativa dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil nas eleições de 2014. A metodologia envolveu o registro da ocorrência de palavras-chaves relacionadas à geopolítica interna e política externa. Seguida de uma análise do contexto textual dos registros identificados em cada programa.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral; Programas de Governo; Política Externa do Brasil.

Resumen

Este documento proporciona un análisis cuantitativo y cualitativo de los programas de gobierno de los candidatos a Presidente de la República Federativa del Brasil en las elecciones de 2014. La metodología consistió en el registro de la ocurrencia de palabras clave relacionadas con la geopolítica interna y la política exterior. Seguido de un análisis del contexto textual de los registros identificados en cada programa.

Palabras clave: Geografía Electoral; Los programas gubernamentales; Brasil extranjera

Introdução

A Geografia Eleitoral ocupa um lugar importante no âmbito da Geografia Política contemporânea, entretanto, suas análises ainda estão focadas quase que apenas no fenômeno da geração e distribuição do voto. Nossa proposta neste texto é a mensuração do discurso geográfico presente nos programas de governo dos presidenciais brasileiros, selecionando em especial o discurso geopolítico presente nessas propostas.

¹ Doutor em Geografia pela USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Graduado em Ciências Sociais. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Assim, nosso objetivo geral é comparar os programas de governo dos presidencialistas de 2014 em suas propostas de organização do espaço brasileiro e projeção de poder mundial. Entendemos que geopolítica ratzeliana descortina uma proposta metodológica fundada na aplicação da teoria de redes para a análise da situação de cada país em termos de poder infraestrutural e em face de sua condição de espaço físico (SANTIAGO, 2013). Para o contexto brasileiro, a aplicação dessa metodologia pode ser visualizada brilhantemente nas obras dos geopolíticos militares Mário Travassos (1935), Carlos Meira Mattos (1980a) e Golbery do Couto e Silva (1981). De uma forma mais popular, essa metodologia geopolítica pode aparecer nos discursos políticos, sobretudo quando focados na escala nacional.

Este artigo inicia por uma apresentação do panorama político que configurou as eleições à presidência em 2014. Nos itens seguintes se aponta o referencial teórico e metodológico utilizado na presente pesquisa. E por fim, apresentamos e discutimos os resultados obtidos a partir dessa análise empreendida dos programas.

O panorama político brasileiro

Nas eleições de 2014 foram 11 candidatos ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, como representantes de partido político ou de coligações de partidos políticos. Os dois mais votados (Dilma Roussef e Aécio Neves) passaram ao segundo turno. A lista completa de candidatos é apresentada no Quadro 01, que traz a votação em números absolutos e relativos obtida por cada candidato/coligação no primeiro turno.

QUADRO 1 - LISTA DOS PRESIDENCIÁVEIS – BRASIL - 2014

Candidato / Legenda	Número Legenda	Coligação	Total 1 turno	% dos Votos
Dilma Roussef - PT	13	PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB	43.267.668 Votos	41.59
Aécio Neves - PSDB	45	PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT	34.897.211 Votos	33.55

		do B		
Marina Silva - PSB	40	PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL	22.176.619 Votos	21.32
Luciana Genro - PSOL	50	PSOL	1.612.186 Votos	1.55
Pastor Everaldo - PSC	20	PSC	780.513 Votos	0.75
Eduardo Jorge - PV	43	PV	630.099 Votos	0.61
Levy Fidelix - PRTB	28	PRTB	446.878 Votos	0.43
Zé Maria - PSTU	16	PSTU	91.209 Votos	0.09
Eymael - PSDC	27	PSDC	61.250 Votos	0.06
Mauro Iasi - PCB	21	PCB	47.845 Votos	0.05
Rui Costa Pimenta - PCO	29	PCO	12.324 Votos	0.01

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Referencial teórico

Os estudos sobre o comportamento eleitoral são realizados usualmente pelos cientistas sociais, entretanto, desde os anos 1960 também passam a ocupar lugar de destaque na agenda de pesquisas dos geógrafos interessados em identificar os padrões territoriais do voto³, onde "desde el principio aparecen centrados en dos

3 Pioneiramente, Andre Siegdried, em 1913, elaborou uma cartografia eleitoral do voto francês, e pouco depois Carl Sauer, realizou um trabalho de delimitação dos distritos eleitorais estadunidenses. Mas é com o advento da Geografia Quantitativa, com seus métodos matemático-estatísticos, que a Geografia Eleitoral tem seu auge (TRIGAL e DEL POZO, 1996).

temas básicos: el análisis de los sistemas electorales, y en particular de los marcos espaciales en los que se producen las consultas electorales, y el análisis de los resultados electorales en relación con los factores de índole espacial que pueden condicionar el voto" (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 196).

Assim, ao geógrafo interessa o momento "*previo al acto de votar y los resultados de las elecciones*" (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 196). Isto não impediu que alguns geógrafos, especialmente europeus, produzissem trabalhos de geografia política comparando as distintas regiões do sistema-mundo, usualmente no que tange ao grau de democracia e seus mecanismos de funcionamento nos países centrais e periféricos.

Segundo Busted (1975 apud TRIGAL e DEL POZO, 1999), a interpretação do comportamento eleitoral pode ocorrer de três maneiras:

- *enfoque estrutural*: explica a distribuição espacial do voto a partir da distribuição estatística dos resultados eleitorais, baseando-se no método indutivo e na representação cartográfica, sendo que "*el uso de coropletas que tan solo representan al partido vencedor en cada circunscripción sin atender a los resultados del resto de los partidos*" (p. 201);

- *enfoque ecológico*: se ocupa da relação entre os resultados eleitorais e o ambiente sociocultural;

- *enfoque behaviorista*: estuda o fluxo de informações da tomada de decisões de cada eleitor, remetendo à imagem concreta dos partidos e candidatos concorrentes.

De acordo com os sistemas políticos, segundo Caminal (1996) estes podem ser sistematizados em:

- *sistemas de partido único*: caso dos países não democráticos (totalitários ou não);

- *sistemas de partido hegemônico*: quando os outros partidos não ameaçam a hegemonia ou monopólio do poder político por um único partido;

- *sistemas de partido predominante*: quando um partido obtêm sucessivas vitórias eleitorais, apoiado num eleitorado estável e com uma maioria absoluta de votos em relação ao segundo partido concorrente;

- *sistemas bipartidários*: dois partidos se revezam na hegemonia do poder político, com uma curta diferença entre ambos; e resultando numa moderação das propostas de ambos os partidos e mesmo numa convergência em torno de um centro político;

- *sistemas de partido de pluralismo limitado*: quando o sistema político oscila entre três e cinco partidos importantes, resultando, frequentemente, em governos de coalizão⁴; e ocorre mais alternância de coalizões e não de partidos vencedores;

- *sistemas de partido de pluralismo polarizado*: quando o sistema político possui cinco ou mais partidos políticos importantes e distanciados do ponto de vista ideológico.

Essa sistematização de Caminal (1996) aplicada ao contexto brasileiro, tem sido vista por muitos como apontando a um sistema bipartidário (PT x PSDB). Entretanto, no Congresso Nacional observa-se que também o PMDB exerce forte participação ao ponto de constituir-se enquanto peça fundamental nas últimas coalizões presidenciais. Desta forma, seria mais correto classificar o Brasil no sistema de partido de pluralismo limitado⁵.

4 Abranches (1988) fala em presidencialismo de coalizão para os sistema político brasileiro pós-redemocratização, onde as pastas ministeriais são preenchidas segundo a força das bancadas de sustentação do governo no Congresso.

⁵ Justamente, a tese de Abranches (1988) aponta que o dilema do poder executivo da República é ter que preencher as pastas ministeriais de acordo com o peso da bancada dos partidos de sustentação do governo, onde a Presidência observa a origem partidária e regional do ocupante ao cargo de ministro.

Metodologia

Neste trabalho, analisamos os planos de governo dos presidenciáveis em relação à geopolítica interna, entendida esta como as questões referentes ao reordenamento territorial em termos de infraestruturas físicas e ao desenvolvimento macroregional e nacional. Assim, destacamos no plano interno a constituição ou expansão das redes de integração nacional e a ocupação da região amazônica. No plano externo, destacamos a expansão da presença brasileira no mar territorial, isto é, o Atlântico Sul e nas demais regiões do mundo.

Operacionalmente, foram identificados a recorrência de conceitos-chaves da Geografia (espaço, território, organização espacial, organização territorial/ordenamento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional, projeção de poder, hegemonia e geopolítica) e de determinados objetivos geopolíticos permanentes (Atlântico Sul, Região Amazônica) nos programas de governo dos candidatos à Presidência de 2014. Esses conceitos foram obtidos através de consulta à vasta bibliografia na área de geopolítica (TRAVASSOS, 1935; MATTOS, 1980b; PENHA, 2011; SANTIAGO, 2013).

Resultados e Discussões

O registro das ocorrências das palavras-chave pesquisadas nos programas de governo oficiais dos candidatos à presidente nas eleições de 2014 é apresentado na Tabela 01.

TABELA 01 - Ocorrência de palavras selecionadas nos Programas de Governos dos Presidenciáveis de 2014

Palavra-chave	Luciana Genro	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Eymael	Levy Fidelix	Marina Silva	Pastor Everaldo	Rui Costa Pimenta	Zé maria	Aécio Neves	Mauro lasi
Espaço	2	2	2	1	0	4	0	0	0	3	4
Território	2	0	0	0	0	9	0	2	0	8	1
Organização Espacial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Organização Territorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordenamento Territorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Regional	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0
Desenvolvimento Nacional	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0
Geopolítica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projeção de Poder	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hegemonia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Atlântico Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazônica (Região Amazônica)	0	2	3	0	0	0	0	2	0	3	0
TOTAIS	5	4	6	2	1	15	0	4	0	17	10

De acordo com os dados da tabela acima, não é possível apontar uma diferença clara entre partidos tradicionais e partidos recentes em termos de ocorrência de palavras-chave ligadas a um suposto compromisso com o desenvolvimento nacional e seus objetivos geopolíticos. Da mesma forma, não se percebe diferenças nítidas entre partidos de esquerda e de direita. Contudo, quando observados qualitativamente os programas de governo, observa-se padrões bastante diferenciados entre os candidatos.

A palavra espaço é recorrente no programa de governo de Luciana Genro, entretanto está muito mais relacionada às políticas públicas urbanas e às populações indígenas, do que propriamente voltada para um projeto nacionalista. Da mesma forma, a palavra território está associada à terra para os povos indígenas e comunidades quilombolas.

Mesmo pertencendo a um partido considerado de esquerda radical, o plano de governo de Luciana Genro fala na participação da iniciativa privada em setores estratégicos: “deve-se frisar a realização de uma série de leilões de petróleo, gás e

carvão, repassando para corporações privadas a possibilidade de exploração dessas reservas fósseis em território brasileiro” (p. 37). Quando a palavra desenvolvimento nacional ocorre, é associada apenas à uma opção genérica por reversão das políticas neoliberais, mas não avança em termos propositivos para além da bandeira da austeridade da política fiscal e monetária.

Em termos de política externa, o programa da referida candidata expressa o princípio da autodeterminação dos povos, reconhecendo o direito à secessão e situando a questão no contexto da "luta (dos povos) contra o imperialismo" (p. 58). Ainda, defende certo isolamento brasileiro em relação as operações militares intervencionista, inclusive com "o fim de exercícios militares conjuntos com países que não respeitem este principio" (p. 58).

No programa de governo da presidente Dilma Rousseff, o termo espaço também aparece relacionado às questões urbanas e de cidadania. A Amazônia figura na proposta com um enfoque apenas ambiental, omitindo a questão da segurança e defesa de nossas fronteiras, embora na sua prática de governo tenha seguido com as políticas de defesa planejadas para esta região desde os anos 80. Assim, provavelmente reverberando o fato de ser governo e focada num discurso palatável à comunidade internacional, traz em seu documento que: "Manteremos nosso compromisso com a redução de emissões. Para isto, daremos continuidade ao combate do desmatamento, em especial na Amazônia, e aceleraremos a implementação dos planos setoriais previstos no Plano Nacional de Mudança Climática." (p. 17). Em termos de integração e desenvolvimento nacional, o referido documento se destaca pelo inacreditável silêncio.

Na proposta do candidato Eduardo Jorge, as palavras espaço e hegemonia aparecem restritas a questão da cidadania no meio urbano, bem como a visão de desenvolvimento é explicitada apenas no que se refere a orientação do Estado para estimular o uso de energias renováveis.

Para a Região Amazônica, o candidato reconhece a necessidade da presença do Estado e das Forças Armadas para garantir a preservação dos recursos naturais e desenvolvimento da infraestrutura daquela região (sem caracterizar essa infraestrutura). No entanto, há uma contradição na referida

proposta, pois, ao mesmo tempo em que apóia a ampliação do efetivo militar nas fronteiras da região amazônica com o deslocamento dos contingentes das regiões Sul e Sudeste (continuidade do Projeto Calha Norte), sinaliza a suspensão de investimentos na área militar, como compras de aviões e desenvolvimento de submarinos nucleares. Em suma, tanto o espaço amazônico quanto o espaço atlântico são vistos quase que tão somente como áreas de preservação dos recursos naturais.

Para José Maria Eymael, o termo espaço figura apenas como dimensão da cultura. O termo desenvolvimento nacional aparece de forma vaga, bem como a caracterização da política externa brasileira: “Política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, incluindo o Brasil nas rotas mundiais do sucesso sócio-econômico” (p. 8).

No plano de governo de Marina Silva, o termo espaço também aparece no sentido do urbano, da cultura e das discussões políticas. Analogamente, o termo território está relacionado à questão urbana e ambiental. A questão do desenvolvimento regional aparece subsumida a essa mesma lógica social: “O desenvolvimento regional pode ser concebido em diferentes escalas, sendo que a mais evidente, no caso brasileiro, se aplica a reverter as desigualdades existentes entre as grandes regiões do país. Nesse sentido, apresenta-se a necessidade de se explicitar o combate à desigualdade regional como prioridade nacional” (p. 31).

No plano de governo do candidato Rui Costa Pimenta, a questão territorial aparece como distribuição de terras, inclusive relacionada à questão indígena e de uma ameaça de internacionalização da Amazônia: “No campo avançou como nunca a concentração de terras nas mãos de um reduzido número de especuladores e latifundiários, muitos deles estrangeiros que abocanharam regiões inteiras de nosso País, até mesmo da Amazônia, cujo território caiu nas mãos destes abutres” (p. 1).

No plano de governo de Mario Iasi, o termo espaço também aparece como espaço político de discussão e trazendo questões de cunho social. O sentido do conceito de território é abordado pela integração entre o Brasil e demais nações no âmbito do sub continente e do mundo, mas nada avança numa perspectiva de um

projeto de cunho nacional: "Para além da América Latina, o governo brasileiro privilegiará suas relações fraternas com os povos dos diversos países e regiões que têm sido vítima da perversa política imperialista e sionista, onde se destacará nossa solidariedade ao direito do povo palestino viver em paz em seu território pátrio e à soberania aos países atualmente agredidos, como Líbia, Síria, Iraque, Afeganistão, entre outros" (p. 17).

O termo hegemonia se refere usualmente no programa do candidato ao sentido classista, onde vincula-se ao imperialismo: "A crise mundial do capitalismo faz com que se acirrem as contradições interimperialistas e a escalada militar das grandes potências contra os países periféricos, para a conquista de riquezas naturais não renováveis e de posições estratégicas, no âmbito da luta pela hegemonia mundial" (p. 16).

Os programas dos candidatos Pastor Everaldo e Zé Maria não permitiram qualquer caracterização da política interna e externa pensada para o Brasil.

No programa de Levy Fidelix, o desenvolvimento nacional aparece essencialmente no sentido econômico, como desenvolvimento dos setores produtivo e financeiro.

O candidato apresenta em termos de política externa o velho objetivo geopolítico brasileiro do Brasil Potência do Século XXI, dedicado indiretamente ao tema da geopolítica, ou seja, ele coloca sua pretensão de consolidar um projeto estratégico baseado num Estado brasileiro forte interna e externamente: "O Estado mais indutor do desenvolvimento e menos intervencionista, porém, forte no combate a eventuais radicalismos e defensor dos menos favorecidos; um Estado cada vez mais interativo no concerto das nações; com suas forças dissuasórias altamente reequipadas, ampliadas e prontas para atuar em terra, no ar e no mar, inclusive capacitadas atômica(...)" (p.8).

No programa de Aécio Neves, o espaço é caracterizado enquanto instância política mas também em sua dimensão de projeção de poder externo: "Nenhum país que pretende ocupar hoje um espaço importante no concerto das nações pode ignorar as preocupações com sua segurança e com formas de ampliar seus

mecanismos de defesa” (p. 55). Entretanto, a menção ao desenvolvimento regional está relacionada às realidades socioeconômicas das regiões brasileiras e à implantação e gestão de unidades de conservação.

A política externa é anunciada como aberta e ligada ao desenvolvimento nacional: “A política externa será conduzida com base nos princípios da moderação e da independência, que sempre nos serviram bem, com vistas à prevalência dos interesses brasileiros e dos objetivos de longo prazo de desenvolvimento nacional” (p. 56).

Entretanto, é elucidativo que o termo geopolítica apareça no documento como relacionado à política agrícola do país: “O Brasil se tornou uma potência agrícola internacional, com uma crescente importância na geopolítica do abastecimento global de alimentos. Essa posição tenderá a se consolidar e crescer nas próximas décadas, dado que a demanda mundial seguirá crescendo e poucos países poderão atendê-la. Iremos promover uma política agrícola voltada para o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo aumento do consumo interno que será induzido pelo crescimento do emprego de qualidade e da renda, bem como pelo mercado internacional. O apoio ao agronegócio é fundamental para a economia brasileira” (p. 41).

A Amazônia e o Atlântico Sul também aparecem relacionadas a questões de cunho ambiental, como diminuir o desmatamento da primeira, mas também relacionadas à defesa nacional: “Tratamento de Segurança Nacional à defesa das fronteiras, em especial na região amazônica, e das plataformas de produção e de perfuração em nosso mar territorial” (p. 55).

Considerações finais

Os programas de governo de candidatos situados à esquerda do espectro político situam os termos espaço e território no campo das questões urbanas e de cidadania, geralmente associando à necessidade de políticas públicas inclusivas e protetivas de certos grupos sociais. A Amazônia e o Atlântico Sul, quando mencionadas, remetem à preservação ambiental.

A chamada esquerda oposicionista não se preocupou em referenciar um projeto nacionalista e de inserção geopolítica no mundo, optando por críticas generalistas ao sistema internacional ou pelo silêncio em relação ao tema.

Os candidatos de direita que não dos partidos que já foram governo, puderam assumir uma posição mais nacionalista e desenvolvimentista, certamente por estarem livres das amarras discursivas da visão classista e ainda distantes das demandas sociais reprimidas que se formam em torno das instituições políticas.

Preocupante é que apenas um candidato assume abertamente a necessidade brasileira de ingresso no clube atômico (Levy Fidelix) e a necessidade de retomada do projeto do Brasil Potência, o que bem denota a escassa margem de manobra de nossa política externa recente e a nossa incapacidade política de retomada do desenvolvimentismo.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.

CAMINAL, Badia M. (Coord.). **Manual de Ciência Política**. Madrid: Tecnos, 1996.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980a.

_____. **Atlântico Sul: sua importância estratégica**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 688, 1980b.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTIAGO, João Phelipe. **Espaço geográfico e Geografia do Estado em Friedrich Ratzel**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.
- TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. 2a. ed.
- TRIGAL, Lorenzo López; POZZO, Paz Benito del. **Geografía Política**. Madrid: Cátedra, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno (1974-1989)**. 3 vol. Lisboa: Afrontamento, 2009.

Recebido em Julho de 2016.

Publicado em Julho de 2016.